

GT de Governança – PDUI – RMSP

Data: 10 de Agosto de 2016

Ver lista de Presença

Pauta:

Nathalie (Emplasa) mostra a apresentação da última reunião onde se discutiu a versão 3 do modelo misto. Joaquim (PMSP) comentou sobre o envio de novas sugestões ao Guilherme (PMSP).

Carolina (PMSP) esclareceu sobre reunião interna na PMSP tendo como resultado a pactuação de algumas questões que serão disponibilizadas brevemente. Trata-se de questões sobre atribuições, vínculos e composição. Propõe-se a apresentar aos membros do GT.

Chucré (Emplasa) disse que analisou o material recebido e discorda em parte de algumas questões, mas o Estado precisa de mais tempo para devolver uma análise mais completa. Precisamos arrumar a casa para avançar, comentou. É preciso, no caso do Estado, entender as necessidades setoriais para que se possa operar de forma articulada no território. Portanto, nossa proposta é de encaminhamento. Há duas áreas que podemos tratar: a primeira é vinculada à PGE, ou seja, trata-se de distinguir quais assuntos podem ser tratados no âmbito do PDUI e quais aqueles que devem ser encaminhados à PGE. Isto feito, vem a segunda questão que é como fazer. Seriam dois projetos de lei? Um seria uma Lei Ordinária que estabelecerá acordos e processos. Outro será novo projeto de lei que altera e melhora diversas coisas melhorando a eficiência e instituindo processos de governança acordados e não necessariamente mudanças legais. A implantação de governança, em termos de conceito é uma só. Em reunião no Ministério das Cidades, tivemos oportunidade de conversar com o Ministro da Pasta que observou que nos vários estados da Federação, as metas e as formas são diferentes. O caminho será via Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Será designada uma pessoa do MCidades para acompanhar o PDUI de SP e ajudará com recursos. Outro grupo será o de sistemas de monitoramento, cujo GT ainda não instalamos. Na reunião de ontem junto ao MCidades foi apresentado ao Ministro o que a Emplasa já preparou em relação ao sistema. Ele será implantado no MCidades e daí os municípios poderão usar sem gastos adicionais. Então, precisamos montar esse GT do Sistema Integrado de Informações.

Carolina pede para fazer a apresentação.

Plínio (Guarulhos) diz que quando se fala do sistema, que pode ser ampliado, como se amarra ao processo do PDUI? Chucré esclarece que o Ministro das Cidades falou sobre a possibilidade de que se tenha informação integrada. Daí, se solicitou esse encontro. O sistema mostrado ao Ministro, uma evolução do SIMM- Sistema de Informações Municipais e Metropolitanas, atende plenamente a demanda do MCidades e atende aos municípios. A ideia é repassar o sistema desenvolvido pela Emplasa ao MCidades e este entrega aos municípios. Ele é um embrião para se juntar informações. O SIM, se assumido pelo MCidades, bastaria uma senha e nem seriam necessários grandes treinamentos. Temos

uma plataforma sem quase nada de investimentos e consultamos dados em uma mesma base. Pode-se consultar de forma bem interativa. A ferramenta já está operando.

Marcelo (Itapeverica da Serra) perguntou se é o sistema da Emplasa usado na Gerência de Cartografia. Chucre respondeu que não. O sistema que o MCidades tem é infinitamente inferior e o Ministro gostou muito. Quer aplicar em 5 regiões metropolitanas.

Carolina voltou à questão de Plínio: fazer a reunião ampliada e trazer pessoas da área técnica. Quanto ao diagrama, para se levar aos níveis superiores, como a coisa opera, como um projeto setorial opera? Chucre disse que se os setoriais não estiverem envolvidos, não há chance de que se progrida.

Carolina apresenta o planejamento metropolitano e a governança interfederativa vai atuar com base nos componentes que o estatuto da metrópole propõe:

1. Instancia executiva, instancia colegiada, organização pública com funções técnico-consultivo e sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas, além do sistema de informações de monitoramento.
2. Composição: o comitê executivo é o espelho do técnico. A administração Indireta tem cada vez mais poder e o executivo cada vez menos.
3. Em relação ao escopo do PDUI: princípios, diretrizes, instrumentos, etc., articulados ao PDUI: FPICs . Se são dois projetos de lei, ainda não se sabe, mas eles devem caminhar juntos. Mostrou outro *slide* que fala sobre os planos diretores e o que eles significam. O PDUI não é um plano que se sobrepõe. Nem de justaposição, mas sim, de articulação, de composição. É sobrevalente apenas sobre as FPICs.
4. Lógica: diretrizes de políticas urbanas. No momento de formulação de programas, a alçada é de comitê executivo e de um técnico. A atribuição deles é montar um fórum específico. O plano seria pré-aprovado.
5. Implementação pelos agentes por meio dos instrumentos.
6. Deve-se partir de um programa para se fazer um exercício e "stressar" esse modelo.

Joaquim pergunta se o Comitê Executivo é o grande fórum de pactuação, se cada problema terá seus atores. Chucre fala da linha horizontal. Se mantemos a aprovação apenas da diretriz no colegiado, deixamos as ações para os setoriais.

Hamilton (Consórcio do Grande ABC) lembra que nas duas últimas reuniões de governança já feitas estão em completa sintonia com o que se vem pensando.

Prosseguindo, Carolina diz que precisamos escrever o regimento interno, mas ainda não é possível. Portanto, optamos por escrever as atribuições. Fizemos 3 níveis: estratégico, tático e operacional, sem abrir mão do espaço de articulação. Os planos regionais devem ser de articulação e pactuação. O PDUI não é uma somatória dos planos regionais, não se impõe, mas conversa e pactua com todos eles, consensa-se. Foi feita uma boa discussão no ABC, ontem. A Câmara Temática do Conselhão está se reunindo. O presidente é o prefeito de Franco da Rocha. Os grupos técnicos podem assessorar melhor e eles fazem as pactuações. As câmaras técnicas serão permanentes e não ocupam o papel dos fóruns. As câmaras temáticas são permanentes, mas também atuam sob demanda. No consórcio do ABC há comitês e grupos de trabalho. Também são temporários para resolver algum problema específico. A atual estrutura de governança já tem as câmaras temáticas e a ideia é manter isso.

Esse *slide* pode ser melhor estudado. As diretrizes podem ter dois sentidos.

O Conselho deve futuramente cuidar das questões setoriais, no sentido de invocar o setorial.

A estrutura precisa garantir os princípios para a boa governança. Fazer revisão a cada 5 anos, por exemplo, é bom, pois vai se ajustando e o primeiro PDUI precisa olhar para a lógica como um todo.

Plínio acha que o caminho é esse. Deve-se buscar o equilíbrio nos 3 vértices: plano, capacidade e governabilidade. O desafio é buscar o ajuste desse triângulo. Organizar essa rede, esse arranjo institucional, reconhecer a dimensão política, os níveis de tomadas de decisão, etc. Importante que levemos isso como tarefa. Se não conseguirmos delinear os

Chucré diz que esse esquema é bom porque faz-se um "vai e volta" nos setoriais. Caso contrário, se corre o risco de fazermos coisas de forma desarticulada. Podemos desenvolver mais esse esquema dentro de duas semanas e depois discutimos mais com os setoriais.

Joaquim pergunta se isso casa com aquele "planilhão" já apresentado. Ajuda na concepção de um modelo setorial.

Plínio diz que não gostaria de ter retrabalho. Vendo outros exemplos, percebe-se a diferença. Poderíamos ter feito uma oficina de trabalho com Rio, Minas, para enriquecer as discussões.

Hamilton diz que quer falar sobre encaminhamentos. Isto é um GT e não a Comissão Técnica (CT). Esse GT está à vontade para remeter isso à CT? A discussão tem sido bem rica. Proponho que se suba um anel e se encaminhe à CT depois ao CE na próxima sexta.

Carlos (CIOESTE) concorda com a fala de Hamilton. Se encaminhamos isso para os demais GTs, é transformar isso em um monstro. Outros grupos podem entender que essa estrutura não é a melhor. Chucré discorda. Acha que o setorial pode e deve alterar se for necessário. Precisamos entender a posição de quem vai operar na ponta. Hamilton acha que Carlos tem razão, vamos ficar voltando atrás? Devemos fazer esse debate na CT. Se mandamos aos GTs, podemos perder o controle da discussão. Chucré concorda, mas se contrapõe.

Hamilton lembra que tem que ficar claro para os setoriais que há algumas questões que são metropolitanas e que devem ser pactuadas; não é empurrar, mas respeitar as premissas. Carolina diz que precisamos ter consciência da estratégia de comunicação. O que foi apresentado é claro para este grupo que já tem um acúmulo de discussão. Podemos apresentar essa lógica na CT? Mapeou-se as competências, os vínculos que já foram trabalhados por esse grupo. Para se chegar a um representante de um setorial, precisamos levar com clareza: princípios, diretrizes, ideia do macrozoneamento, etc.. Se conseguirmos discutir hoje à tarde essa proposta, seria melhor para se levar adiante.

Joaquim acha que isso está muito incompleto.

Regina (PMSP) fala que a discussão é se podemos mandar as discussões para os GTs? Todos os GTs têm representação formal na CT. O setorial não é uma boa palavra, mas sim, projetos estratégicos. Se mandarmos para todos os membros dos GTs, eles devem fazer suas observações com os membros da CT, seus representantes.

Chucré diz: levaremos isso para a CT e aprovamos o encaminhamento para os GTs.

Hamilton fala se de reunir nas sub-regiões.

Carolina sugere que se faça uma versão preliminar do caderno de propostas. Foi perguntado por vários representantes sobre as fichas-síntese dos GTs. Levamos isso para a CT. Uma ficha de cada FPIC.